



CABO VERDE ANO UM

Nós os cabo-verdianos fomos o povo mais maltratado, explorado. Tenho um primo que sinto lágrimas a vê-lo conversar».

Ele conta a história do primo. Trabalhava para o branco Orlando Silva. Começava às 7 da manhã. Uma vez choveu, cabo-verdianos trabalharam meio dia, branco Orlando Silva não pagou. O primo do meu companheiro de bagaço minhoto de bar de cabo-verdianos «5 Irmãos», na pacatez de uma rua velha de Lisboa, há 24 horas que não comia. Mais a família.

Chuva (dia raro), trabalho menos, Orlando branco disse ao primo do meu colega de bar de manhã, desempregado suando numa testa muito escura, a abundar de barriga:

«Quem recebe não come, quem come não recebe.»

Meio dia de trabalho. A chuva veio às 11.

«Dinheiro eram 15 tostões. Comida cachupa que era um gosto tormenta com carne salgada, você compreende? E então meu primo pediu um litro de milho para levar para casa. Se eu comer eles ficam sem comer.»

Independência? Sim. Claro que sim.

«Este o sofrimento que nós temos sofrido em Cabo Verde. Mas devemos esquecer, senão nunca mais há paz. Consciência tranquila, você compreende?»

E martela:

«Não há ninguém que leve a mal o respeito pelo nosso sofrimento. Só nós, cabo-verdianos, é que sabemos o que temos sofrido.»

«Submetendo o povo e a terra e uma exploração desenfreada, os colonialistas portugueses por um lado utilizam a fome para reforçar o seu domínio; por outro, uma mão-de-obra barata, quer dizer, escrava. Mão-de-obra que exportam sob a etiqueta de trabalhadores 'contratados' para as roças dos colonos brancos e das companhias coloniais de Angola e S. Tomé» (palavras de Amílcar Cabral numa conferência de Imprensa em Estocolmo).

Com uma população que se estima em 300 mil habitantes, aquela que foi a mais antiga colónia portuguesa é terra da fome e alfofre da emigração. Por um lado a subalimentação, por outro a necessidade de enfraquecer o movimento de libertação, por outro a urgência em adquirir mão-de-obra barata, portuguesa em França, cabo-verdianos em Portugal, só que barco não é comboio, fizeram parte da mesma política de povo colonizado a colonizar.

O «GHETTO» E A DEFESA DO GRUPO

Os cabo-verdianos andam em grupo, sejam homens, mulheres e crianças, em «ghettos» que podem ir de uma pensão a um bairro, mesmo a uma zona da cidade ou de cintura.

«Pagam bem, são bons clientes» — dizem os comerciantes, que entretanto se queixam de os cabo-verdianos lhes estragarem o negócio, ou pelo menos, afastarem certo tipo de clientela.

Poço dos Negros é zona de embarcados. A sexta cerveja

falam sonhadamente da rota da Holanda.

«Petiscam muito» — insiste o homem do restaurante, porta-voz das reticências brancas da zona à presença dos cabo-verdianos.

Mas estes dizem:

«O desemprego é praga de cabo-verdiano. Não há construção civil. Cabo-verdiano está mal».

Mundo fechado, difícil chegar-lhes à fala, portugueses que os explora ainda, na mercearia, no bar, na construção civil, na empregada doméstica, no homem do lixo, no lavador das ruas, na prostituição mais barata, em todos os serviços não qualificados. Ninguém lhes pergun-

ta o que sabem, o que querem. Basta saber quem são.

É a cena do restaurante: o jovem cabo-verdiano de jaqueta azul e sapatos de vistão entra no WC para senhoras. Certo espanto, surpresa (certo quê?) que ocorre aos brancos que, táticos, se olham cúmplices. Um descuido do proprietário do restaurante:

«As sanitas costumam estar fechadas à chave. Por causa desse pretos que aqui vêm. Sabe como é...»

Mas a cena repete-se, todas as horas por toda a cidade. Só que os cabo-verdianos ajudam a construir casas de renda alta, a abrir túneis para o Metropolitano, a escavar minas e a construir barragens, enquan-



Cabo-verdianos em Lisboa

to na última seca 25 mil morreram de fome.

INDEPENDÊNCIA? SIM!

Todos os inquiridos foram unânimes em responder a favor da independência de Cabo Verde. Alguns houve que acrescentaram: independência sim, mas separada da Guiné-Bissau. Significativa ou não, a afirmação aqui fica.

No dia 27 do mês passado partiu da Holanda um avião especialmente fretado por cabo-verdianos que ali trabalham para assistirem hoje às cerimónias da independência do seu país.

De Portugal foram alguns pacificos poucos, ainda que o

desemprego ou o subemprego ultrapassem na comunidade cabo-verdiana em Portugal os 50 por cento.

Em 1972 (dizem as estatísticas...) eram 15 mil os que trabalhavam em Portugal. O P. A. I. G. C. contrapõe um número solidamente superior: 50 mil.

Os que não habitam em bairros de lata ou não moram em casas velhas de bairros velhos, ocupam quartos em pequenas anónimas pensões de S. Bento, Campo de Ourique. Na maioria: estudantes, funcionários que estão por conta do Estado e prestes a embarcar para Cabo Verde e outros à espera de embarque para a América. Pagam 60 escudos por dia, comi-

dos e dormidos. «Se fizerem muito barulho, queixo-me ao Governo» (limite-se: entidade oficial responsável pelos cabo-verdianos, sita na Rua do Passadizo).

«Independência sim, mas regressar, não» foi «leit-motivo» em todas as conversas. A tônica justificativa: «Cabo Verde ainda não tem condições. Mandamos o nosso dinheiro e quando a gente puder viver em Cabo Verde então nós regressamos».

Não só razões económicas na vontade de não partir. Também a crosta de um mundo branco. Ficção, verdade, ou a ficção-o-real, diz o cabo-verdiano em férias (eufemismo de

desemprego) que bebe cafés sobre cafés com a naturalidade com que o «eléctrico» barulha nas calhas: «Vou casar com miúda branca. Tenho mão em Cabo Verde. Depois vem. A minha irmã é paraquedista-em-meira. Só engato miúda branca. Vou a lugares de branco».

Ir a Cabo Verde, mesmo de férias, é luxo para emigrante. Avião custa seis contos. Viagem de barco atinge os quatro. O melhor é trazer toda a família. Muitos disseram: «Não temos dinheiro para mandar. O desemprego é grande. É uma praga.»

ROGÉRIO RODRIGUES



Sou um simples africano que quis pagar a sua dívida para com o povo e viver a sua época, dizia Amílcar Cabral, fundador do P. A. I. G. C. e um dos grandes construtores da unidade de Guiné/Cabo Verde.

Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, na Guiné-Bissau, em 12 de Setembro de 1925, mas fez os seus estudos secundários no Liceu de S. Vicente, em Cabo Verde.

Em 1950 terminou em Lisboa o curso de engenheiro agrónomo, no Instituto Superior de Agronomia. É nesta qualidade

PERFIL DE AMILCAR CABRAL

que percorre a Guiné-Bissau para proceder ao recenseamento agrícola do País, trabalho que lhe dá uma clara visão da realidade guineense e da exploração colonial.

É assim que em 1954, em colaboração com alguns dos actuais dirigentes do M. P. L. A. e da FRELIMO, funda em Lisboa o M. A. C. (Movimento Anticolonialista), que mais tarde se transforma em FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional). Esta Frente foi fundada em Janeiro de 1960, em Tunis.

Um ano mais tarde (Abril de 1961) Amílcar Cabral contribui para o aparecimento da C. O. N. C. P. (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) que reúne pela primeira vez em Casablanca, nela participando os movimentos de libertação africanos e de Goa.

Entretanto, em 19 de Setembro de 1956, Amílcar Cabral e mais cinco compatriotas guineenses e cabo-verdianos, entre os quais se encontravam Aristides Pereira e Luís Cabral, tinham fundado o P. A. I. G. C.

Amílcar Cabral dirigiu o Par-

tido como seu primeiro responsável até ser assassinado em Janeiro de 1973.

A sua personalidade de intelectual revolucionário e a sua contribuição teórica e prática para a libertação dos povos mereceram-lhe ser distinguido com as medalhas de Gamal Abdel Nasser e a da Paz, além dos doutoramentos «honoris causa» em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lincoln (Pensilvânia - Estados Unidos), e em Ciências Sociais pela Academia de Ciências da U. R. S. S.